

## Nota Explicativa

Código: 1

### Notas Explicativas 2017

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

### 1. Informações gerais

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul – CAU RS, criado pela Lei nº 12.378/2010 tendo como principais atividades orientar e fiscalizar o exercício da profissão do arquiteto e urbanista.

Dotado de personalidade jurídica, encontra-se vinculado a Administração Indireta e funciona como Autarquia Federal Especial, tendo sua estrutura e organização, estabelecidos no Regimento Interno, aprovado pela Deliberação Plenária 145.

O Conselho está localizado na Rua Dona Laura, Nº 320, salas 1401 e 1501, no bairro Rio Branco, da cidade de Porto Alegre/RS.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 21 de fevereiro de 2018.

### 2. Apresentação das demonstrações contábeis

#### 2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), abrangendo as normas brasileiras de contabilidade aplicáveis ao setor público, principalmente a NBC T 16.6 (R1) – Demonstrações Contábeis.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Entidade.

#### 2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Provisões para férias de empregados/funcionários;
- Depreciações e amortizações do ativo imobilizado e intangível;
- Provisões para contingências, sempre que constituídas; e

- Provisão para devedores duvidosos, sempre que constituída.

## **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade, sendo que os valores foram arredondados, de forma comparativa com as demonstrações contábeis do exercício anterior.

## **2.4. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado (*Nota 8*) e a provisão para riscos trabalhistas e cíveis (*Nota 12*). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

## **3. Políticas Contábeis**

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma uniforme com o exercício anterior, ressaltam-se:

### **3.1. Caixa e equivalente de caixa**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

### **3.2 Contas a receber de anuidades**

As contas a receber de anuidades são inicialmente reconhecidas pelo valor estimado em proposta orçamentária referente a previsão de receitas dos profissionais ativos no banco de dados do CAU, entretanto, os valores são ajustados aos valores efetivamente realizados/arrecadados ao final do encerramento do exercício. Quando há necessidade de constituição de provisão para perdas de créditos, a administração realiza uma análise individualizada de cada caso.

#### **3.2.1 Perdas Devedores Duvidosos**

O ajuste para perdas de devedores duvidosos é calculado atualmente, conforme metodologia apresentada na nota explicativa nº 6, sendo utilizado no exercício de 2017 o percentual de 75,08%.

### **3.3 Estoques**

O sistema de controle de estoque da entidade não está interligado a contabilidade, não sendo registrado o estoque no sistema de contabilidade. Os estoques estão representados preponderantemente pelo almoxarifado de materiais de expediente.

### **3.4. Imobilizado**

Avaliado ao custo de aquisição e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por “impairment”, quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

	<b>Anos</b>
Móveis e Utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Máquinas e Equipamentos	10 anos
Equipamentos de Processamento de Dados	5 anos
Sistema de Processamento de Dados	5 anos
Instalações	10 anos

Os valores residuais estão estipulados em 10% conforme Procedimentos para Depreciação fornecido a todos os CAU-UF. Os ganhos e as perdas em alienações, sempre que aplicável, são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

### **3.5. Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros**

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

### **3.6. Outros ativos e passivos**

Outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Outros passivos são demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

### **3.7. Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

### **3.8. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas**

Reconhecidas quando a Entidade possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 14.

### **3.9. Balanço Patrimonial**

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

### **3.10. Balanço Orçamentário**

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

### **3.11. Balanço Financeiro**

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

### **3.12. Demonstração das variações patrimoniais**

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

### **3.13. Demonstração do fluxo de caixa**

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços.

## 4. Gestão de risco financeiro

### 4.1. Considerações gerais e políticas

As operações financeiras da Entidade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia previamente aprovada pela alta governança.

As estratégias de gerenciamento de riscos da Entidade e os efeitos nas demonstrações financeiras podem ser resumidos como segue:

#### a) Risco de Crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme Nota Explicativa nº 5, bem como aos valores a receber (anuidades), descritos na Nota Explicativa nº 6.

O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado:

i) com relação às aplicações financeiras, os recursos estão preponderantemente aplicados em instituições financeiras de primeira linha, cujos prazos de vencimento são de curto prazo; e

ii) com relação ao contas a receber, os valores são referentes a anuidades a receber dos profissionais arquitetos e urbanistas, sendo que para o exercício da profissão as anuidades precisam estar adimplentes.

Adicionalmente, não há nenhum indicativo de redução ao valor recuperável desses ativos.

#### b) Risco de mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços. Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme apresentada na Nota Explicativa nº 4. O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do DI, com insignificante margem de alteração.

#### c) Risco de liquidez

O risco de liquidez está associado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Entidade por meio do departamento financeiro.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

## 5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa	-	-
Banco conta movimento	1.017	40.103

Aplicações financeiras	<u>16.310.754</u>	<u>17.630.201</u>
	<u>16.311.771</u>	<u>17.670.304</u>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita no resultado corrente.

## 6. Créditos a receber

Contas a receber de anuidades	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Pessoa Física - 2012	51.535	150.495
Pessoa Física - 2013	102.095	238.834
Pessoa Física - 2014	190.003	343.552
Pessoa Física - 2015	340.994	535.053
Pessoa Física - 2016	653.891	992.793
Pessoa Física - 2017	1.333.950	-
Pessoa Jurídica - 2012	174.232	17.707
Pessoa Jurídica - 2013	215.847	48.798
Pessoa Jurídica - 2014	290.955	112.979
Pessoa Jurídica - 2015	379.776	195.058
Pessoa Jurídica - 2016	529.367	345.615
Pessoa Jurídica - 2017	747.207	-
Dívida Ativa - Pessoa Física	345.237	-
(-) Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	(4.020.602)	-
	<u>1.334.488</u>	<u>2.980.884,08</u>

Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
A vencer	-	-
Vencidos:		
Até 30 dias	-	-

De 31 a 180 dias	-	-
De 181 a 360 dias	2.081.157	1.338.408
Mais de 360 dias	3.273.933	1.642.476
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(4.020.602)	-
	<u>1.334.488</u>	<u>2.980.884</u>

Os créditos a receber são controlados através de relatório emitido no Sistema Corporativo do CAU (SICCAU), mostrando os valores a receber no momento em que é gerado, não sendo possível a definição de período para geração do relatório.

O conselho começou no ano de 2016 a notificação e cobrança dos profissionais e empresas inadimplentes e, em 2017, começou a inscrever os débitos em dívida ativa. O aumento nos créditos a receber referente a anuidades de Pessoa Jurídica de anos anteriores, deve-se ao fato de ter ocorrido uma inconsistência no relatório de inadimplência fornecido pelo SICCAU, o qual ao final do ano de 2016 acabou não considerando algumas empresas inscritas no conselho e com débitos em aberto, problemas sanado no exercício de 2017.

O ajuste para perdas de devedores duvidosos foi constituído conforme orientação do Manual de Procedimentos Contábeis do Sistema CAU – 1ª Edição, sendo utilizada a média ponderada dos percentuais de recebimento de Anuidades PF e PJ dos últimos três exercícios anteriores. A apuração dos percentuais é realizada com base na comparação, entre o início e fim do exercício corrente, dos relatórios gerenciais de créditos a receber do SICCAU, sendo contabilizado 80% dos valores a receber respeitando a previsão legal de 80% da arrecadação ser do conselho regional e 20% do conselho federal. Devido a inconsistência do relatório de créditos a receber de anuidades de PJ, o qual evidenciou mais empresas devedoras no final do ano de 2017 do que no final do ano de 2016, não foi possível considerar a média ponderada de recebimentos de anuidades PJ na apuração dos percentuais utilizadas para cálculo do ajuste para perdas de devedores duvidosos. Aplicando a referida metodologia o percentual utilizado para a constituição de perdas de devedores duvidosos foi de 75,08%.

## 7. Demais Créditos a Curto Prazo

	Consolidado	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Tributos a recuperar	3.590	3.590
Vale Transporte a apropriar	7.032	6.049
Vale Alimentação a apropriar	39.351	36.845
Adiantamento de Salários	14.739	22.462
Outros créditos de curto prazo	22.551	30
	<u>87.263</u>	<u>68.975</u>

Circulante	87.263	68.975
Não circulante		
Total	87.263	68.975

## 8. Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente

	2017	2016
Prêmios de Seguros a Apropriar	13.217	3.437
Assinaturas a Apropriar	1.078	3.846
Licença de Software a Apropriar	12.928	-
	27.223	7.283

## 9. Imobilizado

	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	
			2017	2016
Salas	5.687.440	(776.209)	4.911.231	5.115.978
Instalações	21.202	(502)	20.700	22.868
Veículos	1.031.299	(177.248)	854.051	85.504
Móveis e utensílios	413.772	(142.608)	271.164	302.522
Máquinas e Equipamentos	206.416	(53.447)	152.969	96.645
Equipamentos de processamento de dados	639.104	(259.244)	379.860	293.685
Obras em Andamento	82.682	-	82.682	-
<b>Total</b>	<b>6.672.656</b>	<b>(1.409.258)</b>	<b>6.672.656</b>	<b>5.917.202</b>

A Entidade acompanha anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados e não foram identi diferenças significativas durante o ano.

A seguir apresentamos a movimentação do ativo imobilizado:

### Movimentação do ativo imobilizado:

Controladora	31.12.2016	Adições	Baixas	Depreciação	31.12.2017
--------------	------------	---------	--------	-------------	------------



Salas	5.115.978	-	-	(204.748)	4.911.231
Instalações	22.868	-	-	(2.168)	20.700
Veículos	85.504	856.949	-	(88.402)	854.051
Móveis e utensílios	302.522	5.677	-	(37.036)	271.164
Máquinas e Equipamentos	96.645	71.309	-	(14.985)	152.969
Equipamentos de processamento de dados	293.685	189.575	(6.499)	(96.901)	379.860
Obras em Andamento	-	82.682	-	-	82.682
<b>Total</b>	<b>5.917.202</b>	<b>1.123.510</b>	<b>(6.499)</b>	<b>(444.239)</b>	<b>6.672.656</b>

O aumento do valor do imobilizado se deve principalmente a aquisição de três vans, quatro carros de passeio e nove bicicletas elétricas dobráveis para serem utilizados no Programa CAU Mais Perto, programa que teve o início de sua fase plena no ano de 2017.

## 10. Intangível

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Sistemas de Processamento de Dados	95.475	90.775
Outros intangíveis	-	-
(-) Amortização Acumulada	<u>(43.165)</u>	<u>(28.719)</u>
	<u>52.310</u>	<u>62.056</u>

### Movimentação do ativo intangível:

<b>Controladora</b>	<b>31.12.2016</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Amortização</b>	<b>31.12.2017</b>
Sistemas de processamento de dados	62.056	4.700	-	(14.446)	52.310
<b>Total</b>	<b>62.056</b>	<b>4.700</b>	<b>-</b>	<b>(14.446)</b>	<b>52.310</b>

## 11. Fornecedores a pagar

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Prestação de serviço	108.262	102.894
Fornecedor de materiais	1.384	3.494
Encargos Patronais Folha de Pagamento	80.461	109.785
Outros fornecedores	<u>938</u>	<u>994</u>
	<u>191.046</u>	<u>217.167</u>

Abaixo o aging list dos fornecedores em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
A vencer	191.046	217.167
Vencidos:		
Até 30 dias	-	-
De 31 a 60 dias	-	-
De 61 a 90 dias	-	-
De 91 a 180 dias	-	-
	<u>191.046</u>	<u>217.167</u>

## 12. Provisões de curto prazo

As provisões de curto prazo referem-se a provisões para férias, 13º salário e seus respectivos encargos, sendo contabilizadas conforme relatório fornecido pela empresa terceirizada responsável pela folha de pagamento do CAU/RS. Em 31/12/2017 o saldo desse grupo é composto conforme abaixo:

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Férias	368.455	338.996
INSS s/ Provisão de Férias	81.060	74.579
FGTS s/ Provisão de Férias	26.476	27.120
PIS s/ Provisão de Férias	3.685	3.390
	<u>482.675</u>	<u>444.085</u>

## 13. Demais Obrigações de Curto Prazo

A entidade em 31/12/2017 possui saldo de valores restituíveis conforme segue:

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
INSS retido na folha de pagamento	29.307	24.320
IRRF da folha de pagamento	83.835	67.471
ISS retido de prestadores de serviço	-	13.725
Outros Valores Restituíveis	3.421	3.488
	<u>116.564</u>	<u>109.003</u>

#### 14. Provisão para riscos processuais

A Entidade e suas controladas são parte em determinados processos oriundos do curso normal do seu funcionamento, para os quais foram constituídas provisões baseadas na estimativa de seus consultores legais. As principais informações desses processos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, estão assim representadas:

		<u>2017</u>	<u>2016</u>
Trabalhista	José Milton This	10.000	10.000
Cível	Matersil Neg. Imobiliários Ltda	-	550.000
Cível	Vivendas Urbanismo Ltda	3.000	3.000
Cível	Pompeo Madeira Stands Promocionais Ltda	10.000	25.000
Cível	Antonio Frediani da Fonseca	-	15.000
Cível	Claudio Rogélio Tician - ME	413	1.000
Trabalhista	Fabiana Beal Pacheco	20.000	-
Trabalhista	Fabiana Beal Pacheco	20.000	-
Cível	Vanderlei Sanches/José Antonio Oliveira	6.000	-
		<u>69.413</u>	<u>604.000</u>

A movimentação da provisão no exercício de 2017 está demonstrada a seguir:

	<u>2016</u>	<u>Adições</u>	<u>(-)Reversões</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização</u>	<u>2017</u>
Tributários	-	-	-	-	-	-
Trabalhistas	10.000	30.000		-	10.000	50.000
Cíveis	594.000	16.000	(360.000)	(230.000)	(587)	19.413
<b>Total</b>	<b>604.000</b>	<b>46.000</b>	<b>(360.000)</b>	<b>(230.000)</b>	<b>9.413</b>	<b>69.413</b>

##### a. Natureza das contingências

A Entidade é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A Administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado.

As contingências trabalhistas referem-se a processos movidos por ex-funcionários vinculados a verbas decorrentes da relação de emprego e a vários pleitos indenizatórios.

##### b. Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

As provisões para riscos processuais são atualizadas trimestralmente conforme documento emitido pelo departamento jurídico. Neste relatório são controlados os processos de perdas remotas e

prováveis de processos trabalhistas e cíveis. Ao final do ano de 2016 o montante das perdas prováveis foi de R\$ 604.000,00. No ano de 2017 as perdas prováveis de R\$ 69.413,21. Em conformidade com o Anexo a NBC T 11.15, que trata das Contingências, a probabilidade da entidade ter perdas ou prejuízos é insignificante, sendo assim as perdas remotas não são contabilizadas.

### 15. Partes relacionadas

A entidade em 31 de dezembro de 2017 não possui coligadas, controladas ou subsidiárias integrais, dessa forma, não há transações com partes relacionadas dessa natureza.

No exercício de 2017 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria e de rescisão de contrato de trabalho.

### 16. Despesas por natureza

<b>Classificação por natureza</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Depreciação e amortização	459.075	385.598
Despesas com pessoal	6.618.402	5.528.723
Despesas com contratação de terceiros	4.698.332	4.491.967
Impostos, taxas e contribuições	6.349	9.577
Outras receitas e despesas	4.381.068	1.781.972
	<b>16.164.226</b>	<b>12.197.837</b>

### 17. Resultados orçamentário, patrimonial e financeiro

<b>Resultado Patrimonial</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Varição Patrimonial Aumentativa (Receita)	15.924.180	16.515.347
(-) Varição Patrimonial Diminutiva (Despesa)	(16.164.226)	(12.197.837)
(=) Déficit Patrimonial apurado	(240.046)	4.317.510
<b>Resultado Orçamentário</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Receita Orçamentária Arrecadada	13.951.066	13.613.620
(-) Despesas Empenhadas	(14.776.232)	(11.274.641)
(=) Superávit Orçamentário Apurado	(825.166)	( 2.338.979)
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Saldo Disponível Apurado	16.311.771	17.670.304
(-) Passivo Financeiro	(847.847)	(1.541.360)

(=) Superávit Financeiro Apurado

15.463.924

16.128.944

**18. Seguros**

A Entidade adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2017, é assim demonstrada:

Item	Tipo de cobertura	Importância segurada
Complexo das atividades	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações e máquinas e equipamentos	3.551.480
Veículos	Incêndio, roubo e colisão para quatro veículo	-
		<u>3.551.480</u>

A importância segurada dos seguros dos onze veículos de propriedade do CAU/RS é de 100% do valor de mercado referenciado.

**19. Relacionamento com os auditores independentes**

A Entidade não contratou com seus auditores independentes outros serviços ao não ser os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis.

**20. Eventos subsequentes**

Não houve eventos subsequentes.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2017.

Alexandre Freitas

Contador

CPF. 335.467.540-34

Joaquim Eduardo /vidas Hass

Presidente

CPF. 066.050.600-91